

## **CITE, 40 anos de intervenção pela igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho**

Ao comemorar os 40 anos da CITE gostaria de destacar por que considero de enorme relevância o trabalho da Comissão. Trata-se obviamente de uma perspectiva parcelar, sem qualquer pretensão de exaustividade, que se baseia no que penso, de forma genérica, sobre as características da CITE e também sobre o trabalho desenvolvido nos momentos em que me cruzei diretamente com a Comissão pela minha atividade académica.

Em primeiro lugar, e embora a atividade da CITE tenha várias facetas, é fundamental o facto de se constituir como órgão colegial e tripartido, envolvendo o Estado, através dos representantes de diversos ministérios, o patronato e os sindicatos. Desta forma desenvolve-se uma atividade reguladora, nomeadamente através da emissão de pareceres, que procura assegurar a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho e no emprego. As trabalhadoras e os trabalhadores podem recorrer à CITE sempre que considerem os seus direitos postos em causa e encontram aqui um recurso para contrabalançar a relação de poder desigual entre empregadores e empregados. Por mais estranho que pareça, no entanto, e depois de 40 anos de intensa atividade, o trabalho da comissão não é tão conhecido como merecia.

Mas, em segundo lugar, tem sido de enorme relevância o papel proactivo da CITE num conjunto de outras atividades. De facto, a CITE tem procurado concretizar o cumprimento da alínea h) do artigo 9<sup>a</sup> da Constituição da República, que consagra a **igualdade entre mulheres e homens** como uma das **tarefas fundamentais do Estado**. Isto é, as direções da CITE, para além do seu papel regulador, e de combate à discriminação, têm tido também um papel importante na **promoção da igualdade entre mulheres e homens** no mercado de trabalho.

Ora é este papel proactivo da CITE, sobretudo desenvolvido de forma mais evidente a partir da presidência da Dr.<sup>a</sup> Maria do Céu Cunha Rego, que queria agora destacar. Com a sua energia, a elevadíssima preparação técnica na área do direito e uma fantástica capacidade de dinamização a Dr.<sup>a</sup> Maria do Céu Cunha Rego desencadeou um conjunto de ações marcantes. Desejando propor mudanças no plano das políticas públicas nesta área solicita a colaboração de várias investigadores/as e académicas, não só para fundamentar essas políticas como para elaborar guias de ação, textos de boas práticas a nível nacional e internacional, vídeos, ou seja, instrumentos para dar visibilidade a um conjunto de ações possíveis em várias áreas – combate à discriminação entre mulheres e homens no mercado de trabalho, conciliação trabalho/família, diálogo social, entre outras – promovendo parcerias com várias entidades e organizações públicas e privadas. Esta pro atividade da Comissão passou a constituir-se como prática habitual da CITE.

Gostaria de dar dois exemplos mais específicos. O primeiro diz respeito ao convite que me dirigiu a Dr.<sup>a</sup> Maria do Céu Cunha Rego, que muito me honrou e satisfez, para publicar o número 1 da série de Estudos da CITE, o livro **Homens e Mulheres entre Família e Trabalho**, resultante de uma pesquisa que dirigi e em que

participaram Francisco Vieira da Silva, Teresa Líbano Monteiro e Miguel Cabrita (atual Secretário de Estado do Emprego).

Olhando para os resultados dessa pesquisa, mais de vinte e cinco anos depois, teremos de concluir que os avanços na divisão equilibrada entre trabalho pago e não pago entre mulheres e homens foram muitíssimo pequenos, continuando as mulheres a ser penalizadas nas duas frentes, o que revela a necessidade de persistir na luta pela igualdade. Mas também é verdade que se verificou um avanço considerável, por referência aos dados recolhidos em 1999, nas taxas de cobertura de equipamentos de apoio à primeira e segunda infância, que se revelavam no passado, como o inquérito mostrou, extremamente insuficientes. Foi um domínio pois em que Portugal avançou de forma inequívoca.

Embora já antes destes Estudos nº1 a CITE tivesse várias publicações seguiram-se outros de várias reputadas e reputados investigadores e professores – Heloísa Perista, Margarida Chagas Lopes, Maria das Dores Guerreiro, António Casimiro Ferreira, Virgínia Ferreira, Karin Wall, Sofia Aboim, Vanessa Cunha entre outros - que constituem um acervo importantíssimo para quem quiser pesquisar na área dos estudos de género, da relação entre família e trabalho e da igualdade ente mulheres e homens no mercado de trabalho.

Um segundo exemplo, mostra que olhando para trás a CITE já se preocupava com temas que estão hoje na ordem do dia como o **assédio sexual e moral**. Com efeito, em 1989, a CITE, através da Dr.<sup>a</sup> Adelaide Lisboa, encomendou às professoras Lígia Amâncio e Luísa Lima um estudo sobre o assédio sexual. Era a primeira vez que o tema era investigado em Portugal e o estudo revelou uma realidade dura, dando voz às mulheres trabalhadoras que mostraram como cerca de um terço era alvo de práticas indignas no local de trabalho e relativamente às quais lhes era muitas vezes sugerido que teriam de se “conformar.” Vinte e cinco anos depois a Dr.<sup>a</sup> Sandra Ribeiro, então presidente da CITE, com grande determinação e entusiasmo, utilizando no âmbito dos financiamentos dos EEAGrants, contactou-me, no quadro do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, que coordeno, para nos desafiar a replicar o estudo então realizado, alargando-o ao assédio moral e ao universo masculino.

O inquérito foi realizado tendo como referência a necessidade da comparabilidade com o anterior no plano do assédio sexual e procurando avaliar agora o que se passava no âmbito do assédio moral. Concluiu-se pela existência de maiores níveis de consciencialização no presente do que no passado relativamente às práticas de assédio sexual, maior rejeição dessas práticas, mas, em simultâneo, verificou-se que a prevalência ainda é muita elevada (14, 4% das mulheres já tinha sido alvo de assédio sexual), como passaram a ser os/as superiores hierárquicos e chefias diretas, mais frequentemente do que os/as colegas, os principais perpetradores dessas práticas.

Quanto ao assédio moral pela primeira vez se abordou o tema e verificaram-se também prevalências elevadas, com 16,7% das mulheres e 15,9% dos homens a já terem sido alvo dessas práticas.

Tanto num como no outro caso ficou claro como os diferentes tipos de assédio eram penalizadores para trabalhadores e trabalhadoras, criando ambientes insuportáveis de trabalho, inúmeros problemas de saúde mental e física; os trabalhadores e trabalhadoras declaravam sentir falta de apoio, não sabendo a quem se dirigir, tendo medo de represálias, acabando muitas vezes, para se defenderem, a reagir pela demissão ou pedido de rescisão do contrato.

Através do estudo sistemático que a equipa realizou sobre as realidades do assédio sexual e moral comparando com as situações e experiências internacionais foi possível também desenvolver um conjunto de instrumentos práticos aptos a contribuir para capacitar as várias entidades envolvidas no combate a estas práticas. A equipa elaborou um manual de apoio à formação no domínio do assédio sexual e moral e também um guião de apoio para as organizações elaborarem códigos de conduta. Foi publicado ainda um livro em português, com os resultados da investigação, livro inteiramente traduzido para inglês. Todos estes materiais estão disponíveis para serem descarregados para utilização pública gratuita na página electrónica da CITE.

O estudo deu ainda suporte em 2017 a uma mudança legislativa relevante promovida pela Assembleia da República, a lei 73/2017 introduzindo novo articulado no código de trabalho proibindo as práticas de assédio e formulando um conjunto de normas para as combater e prevenir. O que para a equipa, e estou certa de que para a CITE, constituiu motivo de grande orgulho, sabendo como para nós é muitíssimo importante que os resultados das pesquisas que realizamos tenha efeitos de mudança e forte impacto social.

Para finalizar gostava de dizer que sempre encontrei nas diferentes dirigentes com as quais tive o gosto de contactar – Maria do Céu Cunha Rego, Josefina Leitão, Fátima Duarte, Catarina Marcelino, Natividade Coelho, Sandra Ribeiro e Joana Gíria - forte empenhamento na sua atividade e enorme sentido de serviço público, apesar das restrições de pessoal técnico que sempre impuseram limitações ao trabalho desenvolvido pela CITE.